SUFRAMA

SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

# Clipping Local
# Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 22 de abril de 2012

Manaus, domingo, 22 de abril de 2012

**A CRITICA**
sim & não ..... 1
OPINIÃO

**AMAZONAS EM TEMPO**
Em 2012, Mattel decola na produção de jogos no PIM ..... 2
ECONOMIA

**AMAZONAS EM TEMPO**
PEC da Música em foco ..... 3
PLATÉIA

**DIÁRIO DO AMAZONAS**
Dólar barato e rigor das leis ambientais 'enxugam' setor madeireiro no Estado ..... 4
ECONOMIA

## sim & não

relatoria da resolução que unifica o ICMS, empresários locais estão apreenssivos. Eles querem que a medida não venha acompanhada de nenhuma excepcionalidade direcionada à Zona Franca de Manaus.

**ICMS 2** O temor se explica: os empresários acreditam que se houver alguma medida que beneficie a Zona Franca, as bancadas dos outros Estados terão ainda mais argumentos para atacar o modelo.

**ICMS 1** Enquanto o senador Eduardo Braga (PMDB) se esforça para lidar com a

# Em 2012, Mattel decola na produção de jogos no PIM

Em parceria com a Copag, a indústria se prepara para produzir quatro milhões de itens de entretenimento no polo local

**RICHARD RODRIGUES**
Equipe EM TEMPO

Parceiras em produção no Polo Industrial de Manaus (PIM), a Mattel e a Copag se preparam para decolar na fabricação de jogos de cartas neste ano. As duas empresas devem produzir 4 milhões de itens de entretenimento no parque fabril local até dezembro, volume 122% superior ao registrado nos 12 meses do ano passado.

O diretor de Operações da Mattel no Brasil, Ricardo Roschel, diz que o salto produtivo se dará pelos planos de ampliação de negócios que a multinacional tem para o país, o que inclui investimentos na fabricação de jogos de carta e quebra-cabeça. "A Mattel produz jogos de cartas no Brasil, em parceria com a Copag, desde 2004. Inicialmente foram produzidas 50 mil peças e o volume foi aumentando ano a ano. Em 2009, a Copag produziu 1,8 milhão de unidades de jogos de cartas e em 2012, diante da expansão dos negócios no Brasil, serão produzidas 4 milhões de unidades", anuncia.

Embora não tenha divulgado o valor do aporte destinado para a empreitada, Roschel assegura que os investimentos a serem realizados pela Mattel no PIM a partir deste ano superarão todo o montante aplicado desde que a empresa firmou parceria com a Copag. Ainda conforme a "gigante" do entretenimento, foram 12 meses de intenso trabalho, encontros com representantes do governo e reuniões com potenciais parceiros em todo o Brasil, o que levaram a investir "pesado" nas operações em território brasileiro.

**Exportação**

Os jogos fabricados em Manaus, que até então são destinados apenas ao mercado interno, também poderão ser comercializados para outros países. "Inicialmente a produção atenderá a demanda local, mas estão sendo feitos estudos de viabilidade para exportação", salienta o executivo.

Além do estudo para exportação, a expansão da Mattel no país prevê ainda novas contratações da mão de obra direta e indireta no PIM, que segundo Ricardo Roschel, se dará pela complexidade para distribuição dos produtos nas fábricas e nos processos logísticos utilizados na produtividade da Copag.

## Investimentos em território brasileiro

Além da Copag, a Mattel também vai estreitar laços com a Grow, fabricante de quebra-cabeças instalada em São Paulo. A partir deste mês, todos os quebra-cabeças que fazem parte do portfólio da empresa passam a ser fabricados em parceria com a Grow, em São Bernardo do Campo.

Conforme a multinacional, o Brasil é o maior mercado consumidor de quebra-cabeças da Mattel no mundo, por isso será dado o "start" na produção do item em território nacional. Esse é o primeiro passo para tornar a Mattel a maior produtora de brinquedos do país, segundo a direção da empresa.

# PEC da Música em foco

Proposta em apreciação no Senado Federal, de autoria do deputado federal Otávio Leite, do Rio de Janeiro, pode desnacionalizar produção de CDs e DVDs e confunde artistas locais com relação à sua importância para a classe

**GUSTAV CERVINKA**
Equipe EM TEMPO

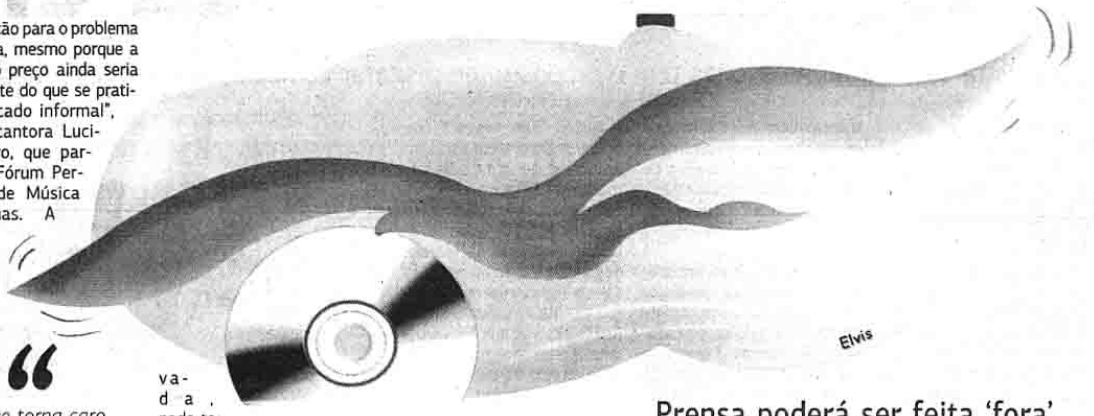
Reduzir os custos da produção de um disco ou um DVD é sempre uma notícia boa para qualquer artista do mundo da música. Partindo dessa premissa, muitos cantores locais desconhecem que a proposta de emenda à Constituição (PEC) 123/2011, a chamada PEC da Música, que pretende conceder imunidade tributária a produções fonográficas com música de autores nacionais, pode significar a desnacionalização da fabricação do produto.

A visão sobre a proposta, que atualmente encontra-se sob os olhos da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, por parte dos artistas, é limitada e parcial. Em um primeiro momento, a justificativa de que a PEC da Música pode resultar na redução do preço dos produtos ao consumidor, enfraquecendo o mercado pirata, parece ser atrativa, mas a consciência sobre os processos que encarecem o preço do produto logo acusa a insipiência da proposta. "O que torna caro um CD ou um DVD não é o valor da mídia em si. Todos os componentes de produção é que refletem nesse resultado, como o aluguel do estúdio, o valor com músicos e técnicos. Além disso, a PEC da Música, por mais bem intencionada que seja, não será a solução para o problema da pirataria, mesmo porque a redução do preço ainda seria ínfima diante do que se pratica no mercado informal", reflete a cantora Lucilene Castro, que participa do Fórum Permanente de Música do Amazonas. A maioria dos músicos locais, contudo, entrevistado pelo EM TEMPO, desconhecem a própria proposta como um todo.

> *O que torna caro um CD ou um DVD não é o valor da mídia em si. Todos os componentes de produção é que refletem no resultado*
>
> **Lucilene Castro,** cantora

Pelo texto da PEC da Música, originado ainda em 2007, tendo como autor o deputado federal Otávio Leite (PSDB-RJ), estariam livres de impostos CDs e DVDs produzidos com obras musicais de autores brasileiros. Essa medida, se aprovada, nada teria de benefício real ao consumidor ou mesmo aos artistas nacionais, e seria causadora de impactos negativos que iriam além das ameaças à fabricação do produto no Polo Industrial de Manaus (PIM), bandeira já levantada, inclusive, pelos senadores Vanessa Grazziotin (PCdoB), Eduardo Braga (PMDB) e Armando Monteiro (PTB-PE).

Para o doutor em desenvolvimento socioambiental, professor adjunto do Departamento de Economia e Análise, da Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas (FES-Ufam), José Alberto Machado, o maior custo pago pelo consumidor por um CD ou DVD é de merchandising. "A divulgação daquele produto, em rádios, TVs etc, é o que encarece. A fabricação não representa sequer 20%. Mas as maiores consequências dessa medida são a desnacionalização da produção artística e a abertura de mercado para CDs e DVDs de qualquer lugar do mundo, sem a devida fiscalização. Uma vez que se fala em imunidade tributária, não é possível atribui-la apenas a um grupo restrito. Ou seja, estamos falando de um texto que desconhece o conceito do próprio termo empregado. Imunidade tributária não é o mesmo que isenção tributária. Não há como concedê-la apenas para os CDs de artistas nacionais, somente para o produto CD", diz.




## Prensa poderá ser feita 'fora'

Na prática, com a imunidade tributária sobre CDs e DVDs, José Alberto exemplifica dizendo que o artista poderia gravar todas as suas músicas, enviá-las por e-mail para a China e fabricar suas cópias lá, com custos ainda menores. A facilidade com a qual os discos entrariam aqui seria a mesma para qualquer outro, abrindo o mercado para a produção do exterior. "Com a imunidade, não precisaria mais fazer declarações, desnacionalizando a produção em grande escala. Seria uma invasão de CDs e DVDs de fora", afirma o professor.

**Requerimento**

Na última quarta-feira (18), os três senadores contrários à PEC da Música encaminharam requerimento ao presidente da CCJ do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), que foi acatado para que seja realizada uma audiência pública antes da votação da matéria. Segundo o texto dos parlamentares, a proposta elimina as vantagens das indústrias instaladas no PIM, onde se concentram 95% da produção nacional desses produtos.

# Dólar barato e rigor das lei ambientais 'enxugam' setor madeireiro no Estado

FOTO Eraldo Lopes

MANAUS

A desvalorização do dólar em decorrência da crise econômica internacional e a pressão de órgãos ambientais para seguir a legislação levaram o segmento madeireiro a amargar retração de até 80%. Falência de empresas e a queda drástica das exportações enfraquecerem a atividade. Quatro anos após a eclosão da crise, a cadeia ainda tenta se recuperar.

Onze anos em atividade, a Portela Industrial registrou queda de 80% no faturamento e demitiu metade dos empregados a partir de 2008. "A produção era 100% voltada para o exterior. Tivemos que paralisar isso totalmente e focar no mercado interno em decorrência da política cambial. Quando o dólar chegou a R$ 1,50, todos foram prejudicados", conta o diretor comercial, Juscelino Portela.

Antes com clientes em países como Estados Unidos, China, Japão, Holanda, México, Bélgica e Canadá, a empresa vende hoje 90% da produção para Manaus. Os outros 10% vão para Minas Gerais, São Paulo e Goiás. "Estamos nos recuperando devagar. A expectativa é crescer esse ano 30% em relação a 2010, que foi quando tivemos um bom desempenho", disse Juscelino.

Apesar da perda dos clientes internacionais, a Portela planeja retomar a venda para o mercado externo. "A partir do momento que o câmbio melhorar, vamos voltar, não achamos que isso vai acontecer nos próximos dois ou três anos, quando os Estados Unidos ainda devem estar 'patinando', a não ser que o governo crie uma política forte de incentivo à indústria com redução de impostos e controle do câmbio", destacou o empresário ao acrescentar que o aumento dos custos com fatores como mão de obra, energia elétrica e gasolina também inviabilizam a retomada da exportação.

FRASE

**Mário Moraes. Sec. do Sind. Ind. de Lamin. e Compens.**
No sindicato das serrarias não tem mais ninguém, o nosso também está esfacelado por causa do fechamento das indústrias"

Além da valorização do real frente ao dólar, a pressão de entidades ambientalistas dos governos federal e estadual levou toda a cadeia para o 'abismo'. "Há quase seis anos começamos a sofrer pressão para não utilizar madeira da floresta, por qualquer deslize, eles davam multas astronômicas e a extração de madeira quase parou", desabafa o secretário do Sindicato das Indústrias de Madeiras Laminadas e Compensadas do Estado do Amazonas (Siclam), Mário Moraes.

Segundo o representante da entidade, das quase 20 serrarias somente duas funcionam hoje. O polo chegou a ser formado por cinco fábricas, segundo Mário Moraes.

Para o diretor comercial da Portela, um dos problemas enfrentados pelo segmento é a impossibilidade de trabalhar com madeira de reflorestamento, economicamente mais viável. "Aqui não existe área desmatada para reflorestar nem estudo para fazer isso, enquanto um hectare de área de floresta tropical garante 15 metros cúbicos de madeira, um hectare de área reflorestada possibilita cem metros cúbicos", disse.

Segundo dados da Suframa, setor opera hoje com duas indústrias que fabricam madeira beneficiada, a Portela e a Mil Madeiras Preciosas, essa última produz também madeira serrada. Além das duas, a Laminados Triunfo produz madeira laminada.

Sobreviventes do setor madeireiro **investem na mudança de hábito** dos clientes mostrando o real valor da madeira nobre

**Visão de mercado**

Além da fábrica, o grupo Portela mantém hoje duas lojas, uma em Goiânia e outra na capital amazonense, a Portela Woods. Para não fechar as portas, a loja em Manaus foi aberta logo após a paralisação da exportação. "O mercado local não conhece madeira, tivemos que mudar a cultura do mercado local. Os valores e ideias que eles tinham em relação ao uso de madeira, que antes era sem documentação, sem qualidade e mal aplicada", explicou.

Na tentativa de driblar a crise, a empresa investiu também em visitas a construtoras, engenheiros e arquitetos. A Portela tem agora como clientes condomínios fechados e construtoras como RD, Cristal, Engeco e Patrimônio.

**20**

**serrarias foram fechadas nos** últimos anos e somente duas empresas estão em atividade no Estado, segundo o sindicato da categoria.

**Produção**

Por serem usados em espaços públicos, os móveis são feitos com as madeiras de alta durabilidade e resistência. Na fábrica, são usadas Ipê, Cumaru, Maçaranduba, Jatobá e Angelim, espécies de alta densidade que pesam de 700 quilos a 1.200 quilos por metros cúbicos. "São madeiras nobres, resistentes naturalmente ao ataque de cupim, com estabilidade e beleza superiores", explicou. Das essências usadas pela empresa que é beneficiada, 80% são de Boa Vista e apenas 20% de regiões do Amazonas.

**INDÚSTRIAS**

## *Suframa aponta queda da atividade*

Segundo os últimos Indicadores Industriais da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o subsetor de Madeira registrou queda de 38% em 2009, período de 'pico' da crise econômica internacional e em que o faturamento caiu para US$ 14,1 milhões. Nos dois anos anteriores, as empresas do segmento haviam faturado, juntas, US$ 23 milhões (2007) e US$ 24,9 milhões (2008).

Em 2010, o polo começou a se recuperar alcançando faturamento de US$ 21,8 milhões, mas ainda sem igualar os índices dos dois anos anteriores. Somente em 2011, o montante acumulado pelo segmento superou o valor de quatro anos antes, chegando a US$ 34,2 milhões.